

PROJETO PILOTO DE SANTA TERESA

Objetivo Primário:

Reduzir num período de um ano, todos os índices ligados à violência e criminalidade no bairro de Santa Teresa, bem como melhorar significativamente a percepção de segurança de seus moradores e visitantes.

Premissas Básicas:

O estudo dos casos de sucesso recentes nesta área, comprova que a condição mais importante para o sucesso do plano, é a adesão integral de todas as entidades públicas ou privadas, direta ou indiretamente ligadas a Santa Teresa, trabalhando em conjunto de forma produtiva, convergente e complementar, sob a liderança compartilhada de um único Comitê Gestor, composto por representantes de todas as entidades envolvidas.

Plano de Ação Proposto:

O projeto prevê a adoção de um plano de ações preventivas através de dez diretrizes integradas e complementares:

1. COMUNICAÇÃO:

Consolidação de um comitê gestor de segurança, composto por representantes (1) e suplentes (1) de:

- ❖ **Polícia Militar**
- ❖ **Polícia Civil**
- ❖ **Investidores**
- ❖ **Prefeitura (Administração regional)**
- ❖ **Associação de Moradores**
- ❖ **Associação das Comunidades**
- ❖ **Rede Empresarial**
- ❖ **Organizações Não Governamentais de Santa Teresa**
- ❖ **Movimento Basta**
- ❖ **Monitoramento e Acompanhamento Estatístico**

Será formalizado com a assinatura de um Termo de Compromisso, subscrito por todos os participantes e suplentes do Comitê Gestor. Serão realizados encontros quinzenais para a troca de informações e monitoramento das ações em andamento.

Integração da comunicação através da transposição para um sistema Nextel, com a instalação de uma antena no bairro, formando uma rede de comunicação interligando policiais e moradores autorizados.

2. VIGILANCIA ELETRONICA:

Instalação de câmeras de vigilância e bastões de ponto eletrônico de presença, a serem localizadas pelo Comitê Gestor em pontos estratégicos do bairro, tais como os de maior incidência de crimes e infrações, pontos de circulação turística e comercial, e as principais vias de acesso ao bairro.

3. CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL:

A ser criado na 23ª Região Administrativa de Santa Teresa, aonde serão instalados os monitores ligados às câmeras de vigilância e aos bastões de ponto eletrônico de presença, operados por policiais portadores de deficiência física originada no serviço policial, que serão responsáveis pelo monitoramento e comunicação pelo sistema de rádio.

4. AUMENTO DE EFETIVO POLICIAL E INTEGRAÇÃO DA REDE AUXILIAR:

Procurar viabilizar junto à Secretaria de Segurança Pública, um aumento de efetivo com a incorporação de quarenta novos policiais militares, provenientes de cessões ou transferências de órgãos públicos ou autarquias dos governos federais, estaduais ou municipais. Incorporar os PM's que se apresentam ao batalhão após as férias (antes de serem designados para novas missões), bem como os estagiários do curso de formação de cabos e sargentos.

Em contrapartida serão viabilizadas junto aos investidores medidas de incentivo aos policiais como concessão de cestas básicas, tickets refeição, bolsas de estudo para policiais e/ou seus filhos, plano de saúde para a família, etc.

Realizar encontros de sensibilização com a Rede Auxiliar composta por:

- ❖ **Voluntários da Paz**
- ❖ **Polícia Ferroviária**
- ❖ **BPTUR**
- ❖ **GMTUR**

A Rede Auxiliar trabalhará integrada com a Polícia, para inibir infrações menores, como vandalismo, pequenos delitos e violência doméstica, permitindo dedicação da PM a crimes mais graves.

5. ALTERNATIVA SOCIAL E AUXÍLIO COMUNITÁRIO:

Através de parcerias público-privadas, e da utilização das escolas municipais, espaços comunitários e quartéis das Forças Armadas (nos fins de semana), serão oferecidos cursos profissionalizantes e atividades esportivas para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos das comunidades mais carentes.

Haverá também um espaço destinado a oferecer, através de uma parceria entre os psicólogos da PM e psicólogos voluntários da sociedade civil, apoio para crianças, jovens e adultos das comunidades carentes, bem como atendimento para os policiais militares em local reservado, sem exposição aos seus pares.

6. DIVULGAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS BONS POLICIAIS:

Implantação de acordo de ampla cobertura pela mídia, e de sistema de promoções e premiações para os bons policiais, especialmente aqueles em cujas áreas de atuação as taxas de crime caírem mais rápida ou acentuadamente.

Lançamento de campanhas de incentivo ao bom desempenho da atividade policial, e outras ações do tipo “Policial Modelo” ou “Policial do Mês”. Garantir a divulgação destas campanhas dentro e fora de Santa Teresa.

7. LOGÍSTICA E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA:

Investimentos na aquisição, manutenção e recuperação de viaturas, que em função das condições irregulares de piso do bairro, e da presença dos trilhos e batentes que cortam as ruas, são submetidas a condições excepcionais de uso.

Remodelamento do Posto de Policiamento Comunitário e construção de mais duas cabines a serem localizadas pelo Comitê Gestor sob o aconselhamento técnico da PM.

8. INTELIGENCIA E BASE DE DADOS:

Investimento visando à atualização do sistema de captação e gerenciamento de dados, visando facilitar a identificação de criminosos e o mapeamento das áreas mais violentas, permitindo estabelecer metas realistas de redução de crime e violência, e a concentração do policiamento nas áreas mais críticas.

9. AÇÕES DE REPRESSÃO POLICIAL:

Estas ações serão decididas exclusivamente pela Polícia Militar, dado o seu caráter técnico de competência específica, e a importância da manutenção de absoluto sigilo por questões de segurança pessoal. Dessa forma, não haverá participação ou sugestão de nenhum membro do Comitê Gestor.

10. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO:

O Plano Piloto contará com o serviço de acompanhamento e monitoramento estatístico, que irá avaliar de forma independente e profissional, o desempenho das ações efetivadas, bem como sua repercussão nos índices de violência e criminalidade do bairro.

Conclusão:

As diretrizes aqui propostas representam um resumo das principais sugestões, reivindicações e propostas das entidades envolvidas no Plano Piloto de Santa Teresa. Evidentemente, as ações não se encerram nestas diretrizes, podendo e devendo ser complementadas no decorrer do desenvolvimento e implementação do Plano.

O formato estratégico previsto elegeu como garantia formal aos investidores, a proposição de contrapartidas e salvaguardas em ações prévias por parte da Polícia Militar, de forma a que para cada investimento previsto, exista uma etapa concluída anteriormente à sua efetivação.

Rio de Janeiro 30 de Outubro de 2005.